

**O trabalho com famílias vulnerabilizadas: o perfil sócio, econômico e cultural das famílias atendidas no Projeto Esperança**

**Work with vulnerable families: social, economic and cultural profiles of the families attended by “Esperança” Project**

**El trabajo con familias vulnerabilizadas: el perfil social, económico y cultural de las familias atendidas en el Proyecto Esperanza**

Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres, doutora em Serviço Social, professora assistente doutor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Coordenadora do Projeto “Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança”

Endereço para correspondência:  
Av. Visconde do Rio Branco, 29  
Centro – Taubaté  
email: mabel@unitau.br

**Resumo**

Este artigo resulta do projeto extensionista denominado “Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança”. O Projeto Cartografia tem por objetivo conhecer as famílias que participam das atividades desenvolvidas no Projeto Esperança. Para tanto foi desenvolvido um trabalho prospectivo junto a essas famílias, contando com as seguintes etapas: cartografia das ruas do bairro Jardim Sônia Maria, localização das famílias atendidas, atendimento social realizado por meio de entrevista social e visita domiciliar. Para otimização e registro das informações, foi desenvolvido um formulário específico com vistas a registrar informações relativas às condições objetivas de vida da família, bem como seu perfil sócio-econômico. O objetivo deste artigo é apresentar o perfil dessas famílias, como vivem e se organizam no bairro. Os dados apresentados decorrem da análise do levantamento sócio-econômico realizado com as famílias, cujos filhos participam do Projeto Esperança. Optou-se por apresentar os resultados em forma de gráficos, figuras e tabelas, o que possibilita uma melhor compreensão dos dados. Identificou-se que parcela significativa das famílias é chefiada por mulheres; vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo aos programas de transferência de renda como forma de subsistir e manter suas necessidades básicas.

**Palavras-chave:** família, vulnerabilidade social, levantamento sócio-econômico, rede sócio-assistencial

## **Abstract**

This article is the result of a university extension project called “Cartography of Sonia Maria District: (re)cognizing the families attended by the “Esperança” Project. The Cartography Project had as a goal recognizing the families that take part of the activities developed in “Esperança” Project. Meanwhile it was developed a prospective work with those families, considering the following steps: cartography of the Sonia Maria District streets, location of the attended families, social attendance made by social interview and home care. In order to achieve an enlargement and register of information, it was developed a specific form to register information which are related to the objective life conditions of the families, as well as their social economic profile. This article goal is to present a profile of those families, how they live and organize themselves in the district. The presented data come from the social-economic research analysis made with the families whose children take part of “Esperança” Project. It was chosen to present the results in a graphical design, drawings and tables, what provides a better comprehension of the data collection. It was identified that a significant parcel of the families is commanded by women, who live in vulnerable social condition, running over the programs of gain transference as a way of subsistence and a way of providing for their basic needs.

**Keywords:** family, social vulnerability, socioeconomic research, social work network

## **Resumen**

Este artículo resulta del proyecto de extensión denominado “Cartografía del Barrio Jardim Sonia Maria: (re)conociendo las familias atendidas en el Proyecto Esperanza”. El Proyecto Cartografía tiene por objetivo conocer las familias que participan de las actividades desarrolladas en el Proyecto Esperanza. Para eso, se desarrolló un trabajo prospectivo junto a esas familias, contando con las siguientes etapas: cartografía de las calles del barrio Jardim Sônia Maria, localización de las familias atendidas, atención social realizada por medio de entrevista social y visita domiciliar. Para su optimización y registro de las informaciones, se desarrolló un formulario específico con vistas a registrar informaciones relativas a las condiciones objetivas de vida de la familia, bien como su perfil socio-económico. El objetivo de este artículo es presentar el perfil de esas familias, cómo viven y se organizan en el barrio. Los datos presentados surgen del análisis del análisis socio-económico realizado con las familias cuyos hijos participan del Proyecto Esperanza. Se optó por presentar los resultados en forma de gráficos, figuras y tablas, lo que posibilita una mejor comprensión de los datos. Se identificó que una parcela significativa de las familias la constituye mujeres que viven en condiciones de vulnerabilidad social, recurriendo a programas de transferencia de renta como forma de subsistencia, para satisfacer sus necesidades básicas.

**Palabras clave:** familia, vulnerabilidad social, análisis socioeconómico, red socio asistencial<sup>1</sup>.

## **Introdução: apresentação dos objetivos do Projeto Cartografia**

Este artigo resulta do projeto extencionista denominado “*Cartografia do Bairro Jardim Sonia Maria: (re) conhecendo as famílias atendidas no Projeto Esperança*”. O início das atividades decorreu de um contato estabelecido entre a diretoria do Projeto Esperança - por meio de um membro fundador – com a Coordenadora de Estágio e Supervisão do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, em 2006. Segundo a diretora as atividades desenvolvidas no Projeto Esperança são dirigidas às crianças, adolescentes e jovens adultos; sem estender à família. Seu interesse – naquele momento - era o de conhecer as famílias das crianças e adolescentes atendidas no Projeto Esperança, uma vez que durante o ano de 2007, ocorreria a implantação de oficinas de geração de renda dirigidas a estas famílias.

### **O Projeto Esperança**

surgiu no bairro Jardim Sonia Maria, na parte alta da cidade de Taubaté, há exatos 10 anos, em uma iniciativa da própria comunidade, diante do grande número de famílias carentes na região. [...] atende 658 crianças (PROJETO ESPERANÇA – mimeo – 2005)

e suas respectivas famílias, por meio de realização de oficinas lúdicas, brinquedoteca, distribuição de refeições. No ano de 2005, o Projeto Esperança conseguiu uma verba para construção de espaço físico que pudesse abrigar oficinas de geração de renda, o que aguçou a necessidade da diretoria em conhecer a comunidade e especialmente, as famílias atendidas. A fim de dar conta e responder às necessidades da diretoria do Projeto Esperança, foi apresentado o Projeto Cartografia, coordenado pelo Departamento de Serviço Social, que designou um professor coordenador e um grupo de estudantes de Serviço Social. Os objetivos do Projeto Cartografia são:

- Construir o perfil das famílias atendidas do Projeto Esperança;
- Realizar a cartografia do bairro, identificando: a presença dos serviços prestados pelo Estado e direcionados às demandas da população local; a localização das unidades residenciais das famílias atendidas;
- Fomentar a abertura de campo de estágio para alunos do curso de Serviço Social e informática;
- Propor a realização de trabalhos dirigidos às famílias atendidas;

Com os objetivos traçados, foram selecionados os estagiários e o trabalho apresentado à diretoria do Projeto Esperança, que aprovou as atividades. Para a realização dos objetivos, foram envolvidos dez alunos do curso de Serviço Social, sob a supervisão de um professor assistente social.

## **2. Projeto Cartografia: metodologia**

Para concretização da proposta de trabalho do Projeto Cartografia, inicialmente foram realizadas ações que viabilizassem o reconhecimento da área – Jardim Sonia Maria - uma vez que, tanto a professora quanto os alunos, não conheciam o bairro, ou mesmo a população local. Fez-se

necessário então construir algumas estratégias preliminares, de modo a possibilitar que tanto professora como alunos conseguissem transitar pelo bairro, sem causar estranhamento, ou constrangimento entre os moradores.

O trabalho foi desenvolvido seguindo as seguintes fases:

1. O reconhecimento do Projeto Esperança e montagem do trabalho com as famílias.
2. Preparação dos alunos estagiários para realização das atividades previstas do projeto.
3. Sensibilização da Comunidade para o início dos trabalhos.
4. Execução das atividades, tabulação dos dados e avaliação do processo.

A primeira atividade foi andar pelas ruas do bairro, identificando a localização das casas, dos equipamentos sociais (escola, creche), ou seja, esta etapa relaciona-se à cartografia do bairro, quando os alunos estagiários e a professora identificaram como as ruas são constituídas, como a comunidade se organiza no espaço físico. Além disto, foi possível identificar os recursos sócio-assistenciais mantidos no bairro.

A segunda etapa relaciona-se ao contato direto com a comunidade, por meio do atendimento social realizado pelos estagiários de Serviço Social, sob a supervisão da professora.

O assistente social é o intermediador direto tanto no atendimento concreto às necessidades apresentadas, como responde pelo componente socioeducativo que permeia a produção dos serviços assistenciais. (YASBEK, 1993, p. 150)

O atendimento social ocorreu por meio de entrevista social e de visita domiciliar, ambos instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social no seu exercício profissional.

Para conhecer as famílias, foi construído um formulário, denominado levantamento sócio-econômico, que, de acordo com o artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão do assistente social - lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, estabelece:

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O levantamento sócio-econômico permite ao assistente social reconhecer as condições objetivas de vida do usuário, ou seja, como se reconhece no lugar onde vive, qual o lugar social ocupado, bem como suas estratégias para sobreviver. Ao mesmo tempo, as informações resultantes do

levantamento constituem um saber profissional, possibilitando a construção de uma leitura profissional, reconhecendo possíveis demandas de atendimento sob a ótica da população excluída. Estabeleceu-se que somente pessoas acima de 18 (dezoito) anos completos poderiam responder às questões formuladas no levantamento sócio-econômico. Denominou-se titular a pessoa que respondeu às perguntas ao aluno estagiário. Para melhor visualização das respostas dos usuários, o levantamento sócio-econômico foi formulado de modo a aglutinar as informações sobre a família, em quatro partes (interligadas e interdependentes entre si), a saber: dados de identificação – dados relativos à escolarização – dados relativos à formação para o trabalho e renda familiar – dados relativos a inserção comunitária.

Após o atendimento social, quando foi realizado o levantamento sócio-econômico, os dados resultantes foram tabulados, analisados e devolvidos à diretoria do Projeto Esperança. Foram atendidas 60 (sessenta) famílias. Os atendimentos ocorreram durante o sábado pela manhã – horário em que as crianças e os adolescentes costumam freqüentar as atividades recreativas realizadas no projeto. Por meio do levantamento sócio-econômico, foi possível identificar quem são as famílias atendidas, suas necessidades, estratégias de sobrevivência e potencialidades.

### **3. O exercício profissional do assistente social com a família**

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. É possível dizer que seu objeto incide sobre as expressões da questão social e, fundamentalmente, sobre como são experienciadas – de forma singular – pelos usuários dos serviços prestados pelo assistente social. A questão social pode ser entendida como

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] o desenvolvimento nesta sociedade redonda uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social [...] na sua contra-face, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população. (IAMAMOTO, 1998, p. 27-28)

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de se pensar a questão social, não somente como o cenário onde o exercício profissional do assistente social se materializa, mas também nela mesma e em suas expressões como dimensões constitutivas desse exercício. O objeto de intervenção do Serviço Social é historicamente determinado e sua análise decorre da perspectiva histórica e política, construída por meio das determinações decorrentes da correlação de forças entre conjuntura, contexto sócio-assistencial, demandas identificadas na relação com o usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construído pelos profissionais. Ou seja, a construção de respostas profissionais pressupõe a triangulação de conhecimentos: àqueles decorrentes do

relacionamento com os usuários, os decorrentes da análise das políticas sociais e os decorrentes da análise da realidade social.

O trabalho social desenvolvido com famílias tem sido a marca do Serviço Social ao longo da história dessa profissão. Por isso mesmo, os assistentes sociais têm-se debruçado, tanto no estudo como na pesquisa, para descobrir, construir e estabelecer diversas formas de abordar, intervir e analisar as questões que estão presentes na organização sócio-familiar. Entende-se que é papel do assistente social articular, organizar atividades e propor alternativas para a construção de ações, cuja marca fundamental seja a democratização das informações, a defesa dos direitos sociais e a inclusão social da população que vive em condição de vulnerabilidade social.

A família tem sido o foco preferencial das ações governamentais por meio da execução dos serviços prestados, via política social. O entendimento sobre família está se alterando, como uma tentativa de acompanhar as mudanças identificadas no que se refere à organização sócio-familiar. Com a promulgação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, – o atendimento à família passa a fazer parte da agenda governamental de forma privilegiada e avança no sentido de não ser mais identificado de forma isolada, descontextualizado das relações comunitárias e sócio-culturais. A referida lei estabelece no artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Entendo que boa parcela da população brasileira não consegue por seus próprios meios, garantir essas necessidades, cabendo uma ação efetiva do Estado, no subsídio e manutenção de ações sócio assistenciais que garantam o seu atendimento. É esta população que vive em condição de vulnerabilidade social, correndo riscos, tanto no âmbito pessoal como no social. Inerente à sociedade capitalista, por meio da questão social é possível identificar as desigualdades, a exclusão social vivenciada pela classe subalterna com a qual o assistente social lida cotidianamente. Nessa perspectiva entendo que essa classe é subalterna, na medida em que vive em condição de dominação e exclusão, não só política, mas também, social. Yasbek (2001) analisa que:

configura-se como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída (YASBEK, 2001, p. 34)

Ao mesmo tempo, mesmo vivendo sob condições adversas, essa mesma classe apresenta vias de resistência a essa estrutura social, quando reivindica sua inserção nos serviços mantidos pela rede de proteção social, como uma das formas de enfrentamento para suprir suas carências. A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece no artigo 2º:

A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes

Identifica-se que as famílias atendidas no Projeto Esperança vivem em condição de pobreza, recorrendo à rede sócio-assistencial, para prover suas necessidades.

Sob esta perspectiva a família é:

o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (BRANT DE CARVALHO, 2004, p.93)

Sob este ponto de vista, entender a família, em sua complexidade, por intermédio do modo como se movimenta em sua vida cotidiana pode ser a chave para construir o perfil daquelas atendidas no Projeto Esperança. Além disto, possibilitará também o reconhecimento de que o trabalho de caráter interventivo realizado pelo assistente social deve necessariamente perpassar pelo “conhecimento dos recursos existentes e de retaguarda” (VICENTE, 2004, p. 56), equacionados ou não pelo Estado, que podem ser a base da rede de proteção e atendimento das famílias. Cabe ao assistente social reconhecer a assistência social como uma política pública de direitos, ou seja, esta perspectiva indica a assistência social

Como espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados. Assumir a assistência nesta direção pressupõe reconhecer que as ações assistenciais podem se constituir em estratégias para a realização dos direitos sociais dessa população. (YASBEK, 1993, p. 54)

Com a promulgação da Política Nacional da Assistência Social, em 2004, a família volta a ser identificada como fundamental no contexto das políticas sociais. A referida política determina a matricialidade sócio-familiar, compreendida

Independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. [...] ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2006, p. 449 – 450)

A centralidade na família resgata seu lugar social, fortalece as ações profissionais e enfatiza seu protagonismo. Um outro aspecto importante no reconhecimento da família é que em qualquer ação de caráter interventivo, ou mesmo investigativo requer a participação das famílias e da própria comunidade desde a fase de elaboração até a execução da proposta.

O contato com as famílias atendidas no Projeto Esperança ocorreu por meio do atendimento social, entendido como o momento de contato profissional entre o assistente social e o usuário. Caracteriza-se pela intervenção que pode ocorrer em dois momentos:

-Por intermédio do atendimento imediato, quando o assistente social considera a demanda e, propondo uma solução imediata através de um esclarecimento, de uma providência, ou de um encaminhamento, consegue 'resolver o problema' na entrevista inicial (WEISSHAUPT, 1988, p. 92)

-Por intermédio da intervenção continuada: quando o assistente social avalia a necessidade do acompanhamento sistemático e determina o prosseguimento da intervenção.

Para operacionalizar o atendimento social, os assistentes sociais utilizam os seguintes instrumentos técnicos operativos: entrevista individual e familiar, visita domiciliar, reuniões, encaminhamentos, observação, documentação, entre outros.

Com o objetivo de garantir o sigilo das informações e preservação da identidade dos sujeitos, ocorreu uma combinação prévia entre a diretoria do Projeto Esperança e a equipe de trabalho, para que a identificação das famílias fosse preservada.

O resultado parcial do trabalho resultou no perfil das famílias atendidas, cuja apresentação foi por meio de quadros e figuras, o que favoreceu uma melhor visualização dos dados.

#### **4. O perfil das famílias atendidas no Projeto Esperança**

Para fins deste artigo, foram destacados os dados relativos ao mapeamento das famílias atendidas, focando os seguintes resultados:

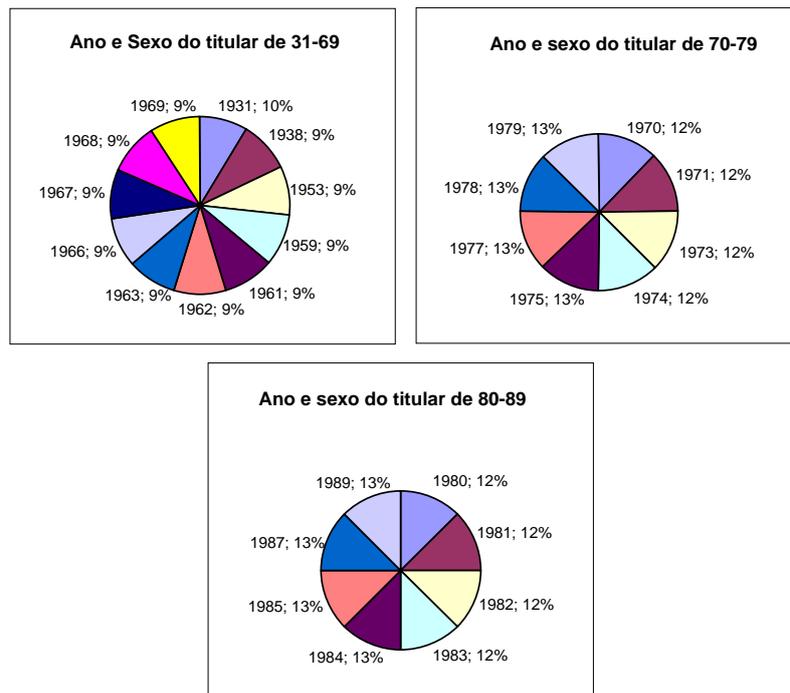
-Dados de identificação: ano de nascimento, sexo, estado civil, escolaridade;

-Dados relativos à organização sócio-familiar;

-Dados relativos à inserção sócio-profissional: ocupação, profissão, condição do trabalho; renda familiar.

-Os dados relativos à cartografia do bairro “Sônia Maria” serão apresentados posteriormente em outro artigo.

Figura 1: Distribuição das famílias por ano de nascimento e sexo



Das 60 famílias entrevistadas, apenas 02 dos titulares são do sexo masculino, nascidos com idade variando entre 30 e 69 anos. Os demais são do sexo feminino e a faixa etária identificada - segundo mostra o gráfico - é de 76 a 18 anos de idade. Os outros gráficos apresentam que 16 pessoas estão com idade entre 48 e 76 anos; 21 pessoas com idade entre 28 a 37 anos e 21 pessoas com a idade entre 18 a 27 a anos.

Dos titulares entrevistados, identificou-se que 02 estão com 18 anos e 02 com 60 anos. Referenda-se aqui a lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1999, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina no art. 2º:

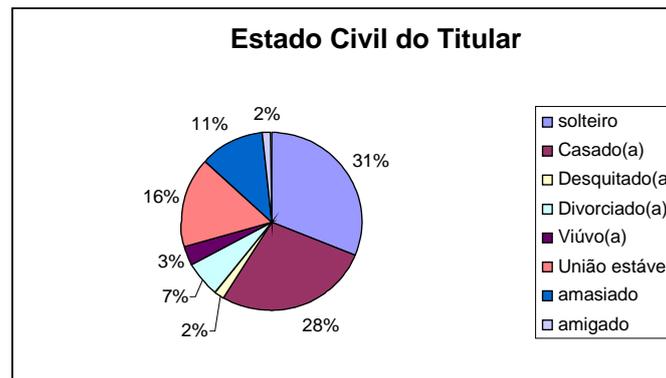
Considera-se criança para efeitos desta lei toda pessoa com até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze a dezoito anos de idade.

Com relação aos titulares maiores de 60 anos, referenda-se a lei nº 10.741, Estatuto do idoso, que determina no art. 1º:

direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos.

Identificou-se que o poder familiar não é determinado necessariamente pela idade dos responsáveis legais. Reconheceu-se que, majoritariamente, são as mulheres que acompanham as crianças nas atividades do Projeto. No momento da visita domiciliar, quando se encontrava no domicílio, o casal responsável pelos cuidados com as crianças e / ou adolescentes, era a mulher que tomava a dianteira no momento do repasse das informações. As mulheres demonstraram interesse em responder às questões, além de aproveitar o momento para solicitar orientações diversas, principalmente aquelas relativas à inserção na escola, no mercado de trabalho, entre outras.

Figura 2: Distribuição das famílias por estado civil do titular.



Identificou-se que dentre as famílias atendidas do Projeto Esperança, 28% dos titulares declara-se casado e com filhos. Há uma diversidade (em termos de quantidade) de número de filhos, ultrapassando a reconhecida pelo IBGE (2000) como a média de três filhos por família. A maioria dos titulares declarou-se solteiro – 31% com filhos e/ou enteados. É comum identificar, no bairro, mulheres que assumem sozinhas a guarda e a educação dos filhos, sem ter constituído com o genitor deles uma união estável.

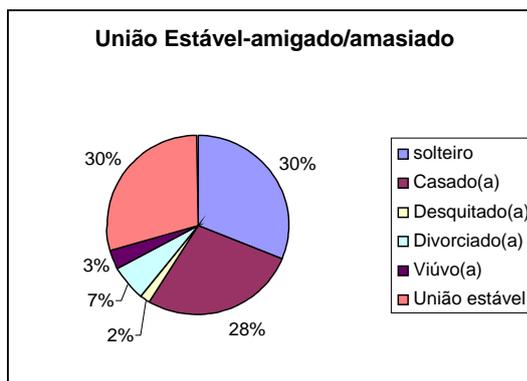
No formulário do levantamento sócio-econômico, no campo “estado civil” foi incluído o item união estável; foi identificado 16% dos titulares vivendo sob esta condição.

No novo Código Civil, art. 1.723,

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

O termo “união estável”, também apareceu durante os atendimentos em substituição aos termos “amigado”, com 2% dos titulares e “amasiado”, com 11%. Entende-se que em termos da lei, união estável, amasiado e amigado são considerados sinônimos. A somatória de titulares que vivem sob esta condição é de 29%, conforme a figura abaixo.

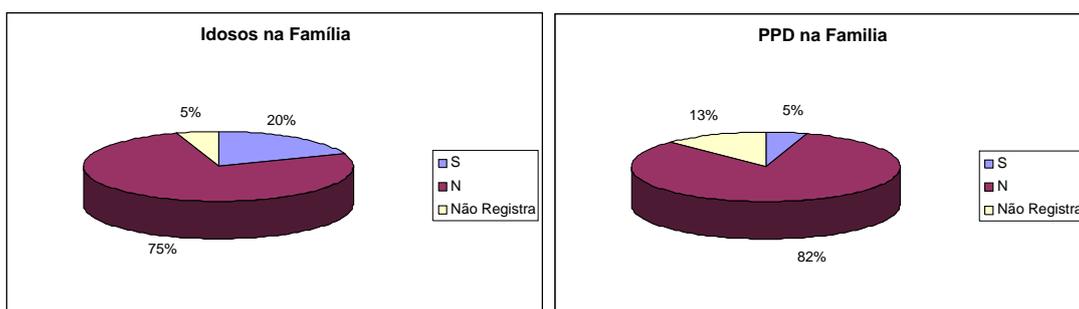
Figura 3: Distribuição dos titulares por estado civil união estável/ amigado/amasiado



No campo estado civil incluiu-se também o item “outros”. Nesse item foram registrados dados relativos ao segundo casamento, ou uma nova união estável. O registro ocorreu quando, durante o atendimento, o titular não se reconhecia em nenhum dos itens propostos (solteiro, casado, viúvo, desquitado, divorciado, união estável). Identificou-se como uma das características da organização das famílias atendidas no projeto Esperança - segundo o estado civil – que são de famílias recombinadas ou recompostas. É uma família, cuja organização decorre da segunda, ou demais uniões são contraídas com a expectativa de constituir uma nova família, ter um(a) companheiro(a) e um relacionamento estável.

Os titulares que se declaram desquitados e divorciados, totalizam 9%; viúvos, 3%. Com relação ao número de filhos foram identificadas famílias com média de dois a cinco filhos.

Figura 4: Distribuição dos familiares dos titulares quanto a presença de idoso e pessoas com deficiência



De acordo com as informações tabuladas via levantamento sócio-econômico, 20% dos titulares declaram ter entre os familiares, pessoa idosa. Segundo o Estatuto do Idoso, art 3º,

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

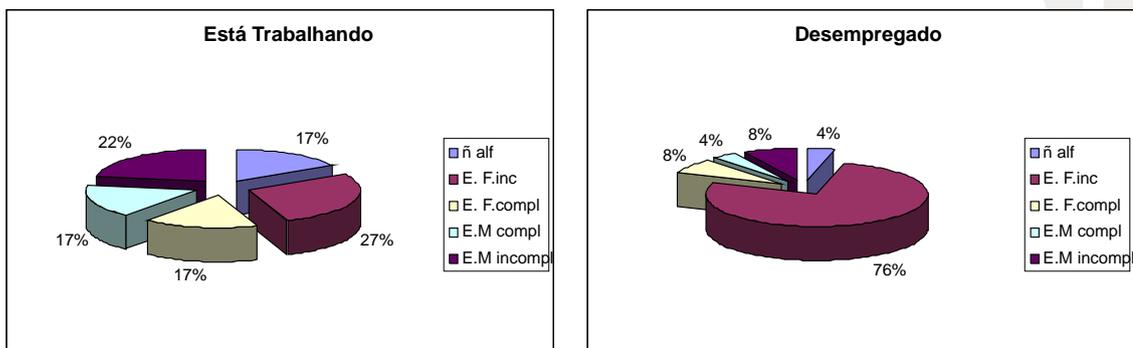
Outra informação importante diz respeito ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, que é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa com 65 anos, ou mais, de idade e à pessoa com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambas as situações, para fins de repasse do referido benefício, a renda *per capita* familiar deve ser inferior a ¼ do salário mínimo. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação e, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). No momento do atendimento, identificando que os idosos declarados não recebiam o benefício, os responsáveis pelos idosos foram esclarecidos pelos estagiários de Serviço Social quanto aos procedimentos para essa requisição.

Quanto à pessoa portadora de deficiência, 5% declarou ter em sua família uma pessoa nesta condição. Durante o atendimento social, identificou-se que as famílias conheciam tanto a rede sócioassistencial, como a de saúde, dirigida ao tratamento especializado. Quando necessário, as famílias foram orientadas sobre os procedimentos relativos ao Benefício de Prestação Continuada. Segundo Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio à pessoas com deficiência e sua integração social, no art. 2º, estabelece:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

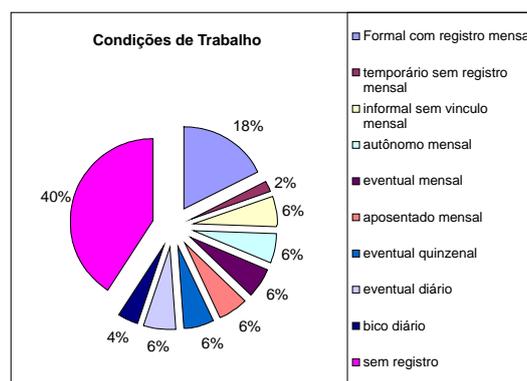
Identificou-se a necessidade de buscar informações complementares com o objetivo de traçar estratégias interventivas, relativas à inserção social e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Além disto, faz-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas pelo poder local, direcionadas a inclusão desse segmento no mercado de trabalho.

Figura 5: Distribuição dos titulares por situação de trabalho e escolaridade



Durante o contato com as famílias, foi possível identificar a dificuldade demonstrada na compreensão das questões propostas. Foi preciso explicar, de forma detalhada, não só o objetivo das perguntas, mas seu significado. Identificou-se que 76% dos titulares apresentam como escolaridade o ensino fundamental incompleto. Segundo a legislação brasileira, esta escolaridade é considerada baixa. Cruzando este dado com a condição de trabalho, identificou-se que este volume de titulares encontra-se desempregado. Dos titulares que registram este grau de escolaridade, somente 27% estão trabalhando. Dos titulares que apresentam como escolaridade o ensino fundamental completo, 17% estão trabalhando e 8% estão desempregados. Identificou-se que 17% dos titulares que se declararam “não alfabetizados” estão trabalhando e somente 4% desempregados. Esse dado se repete quando a escolaridade é o ensino médio completo. Quanto aos titulares que registram como escolaridade o ensino médio incompleto, 22% estão trabalhando e 8% desempregados.

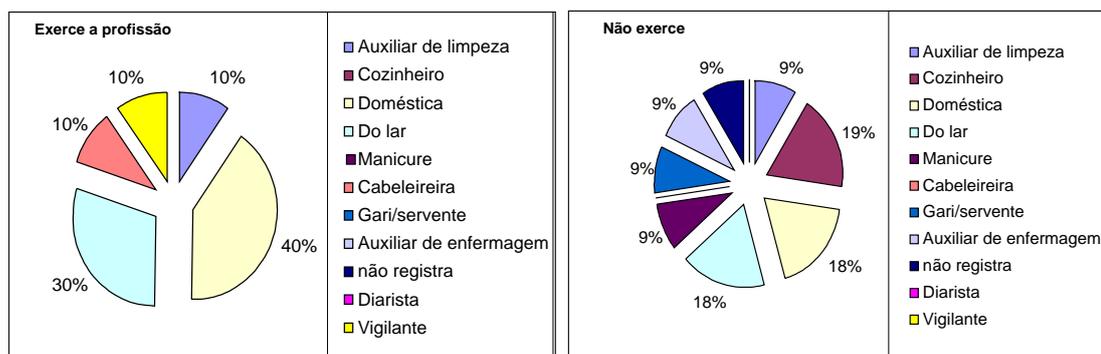
Figura 6: Distribuição dos titulares por condição de trabalho e remuneração



Os dados demonstram que somente 18% dos titulares realizam trabalho formal com registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), em consonância com a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. recebem remuneração mensal, com qual subsidiam suas necessidades básicas.

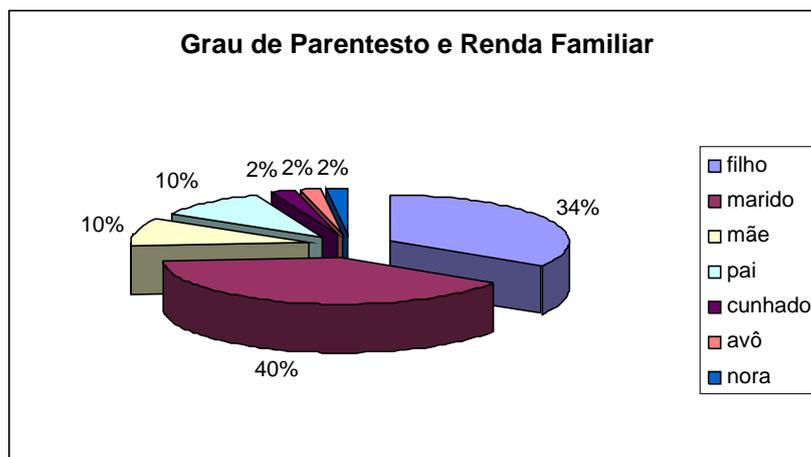
Identificou-se também que 30% dos titulares realizam trabalho informal, sem vínculo empregatício. O trabalho informal tem como características fundamentais sua descontinuidade e a não proteção das leis trabalhistas. É importante ressaltar o quanto o trabalho tem sido utilizado como moeda de troca entre os trabalhadores, como uma alternativa ao desemprego. O que é facilmente observável é o quanto o trabalho desenvolvido sob esta condição coloca os trabalhadores em uma condição de vulnerabilidade social. Outra observação importante é que a informalidade não atinge somente os trabalhadores menos qualificados. É comum observar trabalhadores com qualificação e participantes de diferentes grupos profissionais. O trabalho informal articula-se na flexibilização das relações de trabalho, identificada como um dos pilares de sustentação da reestruturação produtiva. O que se observa é o trabalhador cada vez mais vulnerável, fragilizado, com pouca ou nenhuma possibilidade de negociação, vulnerável às determinações estabelecidas pelo mercado de trabalho.

Figura 7: Distribuição dos titulares por exercício da profissão



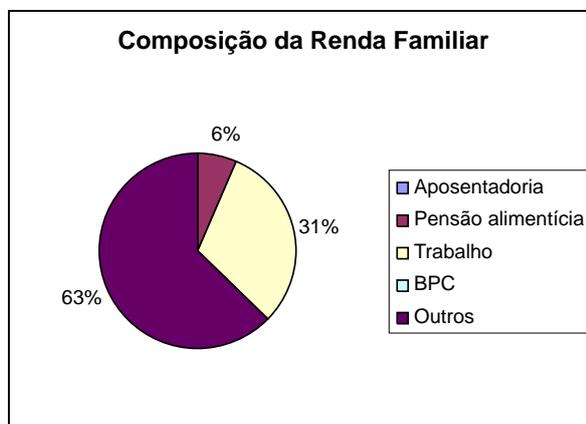
As profissões declaradas pelos titulares foram: cozinheiro, do lar, doméstica, cabeleireira, vigilante, manicure, auxiliar de limpeza, comerciante, gari, servente, diarista e 29 pessoas (titulares) não registraram se tem uma profissão ou ainda, se a exercem. Outro dado fundamental é que a maioria dos titulares não exerce sua profissão. Predominam as profissões voltadas às atividades domésticas: 40% das titulares trabalham como empregada doméstica; 30% exercem suas atividades em sua própria residência, reconhecendo-se como do lar. Nota-se que as profissões exercidas voltam-se àquelas de baixa remuneração, que requer grande esforço físico, pouco reconhecimento e baixos salários. Essas profissões ficam na base da pirâmide do mercado do trabalho, ou seja, um grande contingente presta o serviço, a remuneração é baixa, girando em torno de um salário mínimo.

Figura 8: Distribuição dos titulares quanto ao grau de parentesco e renda familiar



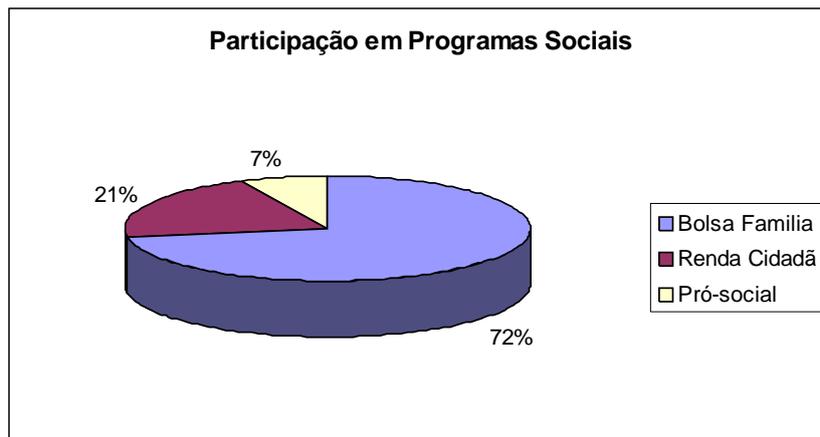
Quanto à renda da família, identificou-se que 40% é proveniente do trabalho do marido; 34% dos filhos, 10% do pai e/ou mãe. Nota-se que a família segundo declararam os titulares, é “mantida” pelo marido e que na falta desse, o filho toma a chefia da casa, contribuindo ou assumindo totalmente o custeio das despesas para o sustento da família. Outro fator de composição da renda familiar é a participação da família nos programas sociais de complementação de renda, recebimento de cesta básica por parte do poder público municipal, entre outros. O caráter descontínuo da renda favorece que a família viva em condição de vulnerabilidade social, apresentando dificuldades em manter suas necessidades básicas, além de comprometer sua inserção social. Nota-se a necessidade de investigar a idade dos filhos que assumem o custeio com as despesas da família, uma vez que a entrada no trabalho pode ser considerada elemento facilitador de sua saída da escola.

Figura 9: Distribuição da composição da renda das famílias atendidas no Projeto Esperança



O campo “outros” foi registrado por 63%; foi identificado como trabalho, atividades que geram remuneração, porém os titulares e/ ou familiares não mantêm vínculo empregatício, ou seja, o chamado trabalho informal como: venda de produtos alimentícios na rua, cesta básica, produtos de higiene em catálogos, dentre estes aparece também beneficiários do Programa Bolsa Família e Renda Cidadã.

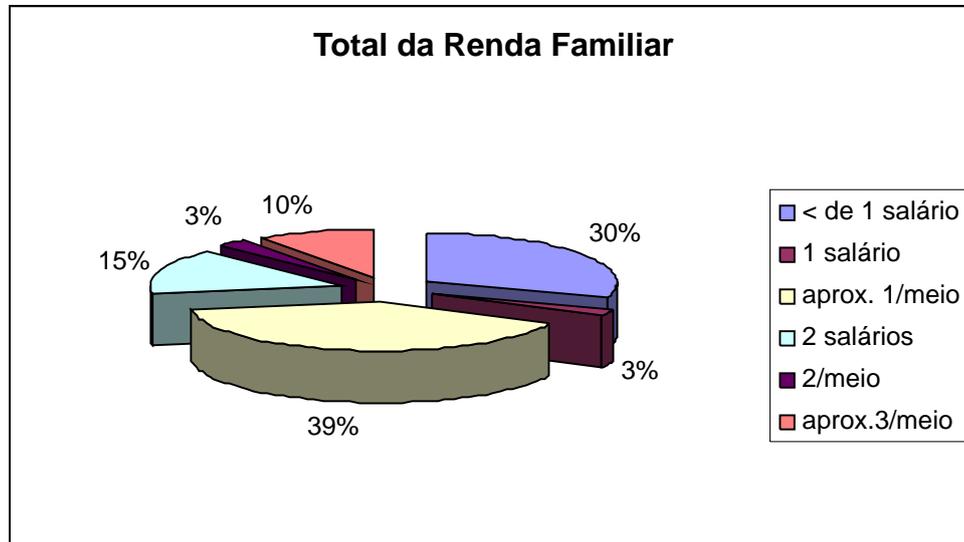
Figura 10: Distribuição dos titulares por participação em programas sociais



Quanto aos programas sociais, 72% dos titulares declaram receber o Bolsa Família. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (manutenção das crianças e adolescentes na escola; etc), que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O critério fundamental para a inclusão das famílias no Programa é a renda *per capita* da família, ou seja, são incluídas preferencialmente, as famílias com a menor renda. Quanto aos valores do Programa Bolsa Família, as famílias recebem um mínimo de R\$ 15,00 e o máximo de R\$ 95,00. As famílias são incluídas, via Cadastro Único, por meio de sistema (software) desenvolvido para esse fim; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa a cada mês. No programa Renda Cidadã estão inclusas 21% das famílias que recebem em média R\$50,00(cinquenta reais). O Programa Renda Cidadã é um programa de transferência de renda, que atende famílias, em situação de pobreza, identificadas, pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família. E tem como objetivo, conceder recurso financeiro temporário, visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.

Outro programa citado por 7% das famílias é o Pró-social, com repasse no valor de R\$60,00 (sessenta reais). As famílias são inseridas cadastradas e selecionadas pelo poder público municipal.

Figura 11: Distribuição das famílias pelo salário



Quanto ao total da renda familiar 39% registra girar em torno de um salário mínimo e meio; 30% menos que um salário mínimo. Nessa faixa de renda, as famílias vivem em condição de vulnerabilidade social, estando sujeitas a participar dos programas de complemento de renda implementados pelos governos federal, estadual e municipal.

## 5. Considerações Finais

Conclui-se que as famílias atendidas no Projeto Esperança vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo à rede sócio assistencial – principalmente aos serviços destinados a complementação de renda, como forma de manter suas necessidades básicas. A maioria das famílias é monoparental, chefiada por mulheres jovens, na faixa etária entre 20 e 30 anos. Com relação à inclusão no mercado de trabalho, majoritariamente, é em atividades relativas ao trabalho informal e com baixa remuneração. Entende-se que este estudo possibilitará aos gestores do Projeto Esperança planejar a implantação de oficinas de geração de renda, o que contribuirá para a melhoria da condição de vida da população residente no bairro “Sonia Maria”.

## Referências

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**, 2.ed. São Paulo: Veras Editora Lisboa: C.P.I.H.T.S, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93 – 108.

\_\_\_\_\_(org) **A família contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/ organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região – Diretoria Provisória – 2. ed. São Paulo: O Conselho, 2006.

PROJETO ESPERANÇA – mimeo – 2005.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C.(Orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 414 f. 2006[Doutorado] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 47 – 59.

WEISSHAUPT, Jean Robert (Org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. 2. São Paulo: Cortez, 1988.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 2, n. 3 p. 33 – 40, jan/ jul 2001,